

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

2º trimestre de 2017

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

2º trimestre de 2017

Brasília-DF, dezembro de 2017

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz

Diretor

Clarissa Jahns Schlabitx

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Sandra Regina Andrade Silva

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

Carlos Alberto Reis

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira

Economista

João Renato Lerípio Gomes

Pesquisador

Larissa Maria Nocko

Pesquisadora

Revisão e copidesque

Heloisa Herdy

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. ECONOMIA BRASILEIRA.....	7
2.1. Nível de atividade	7
2.2. Inflação.....	8
2.3. Mercado de trabalho	9
2.4. Política fiscal	9
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF	11
3.1. Segmento de Comércio	12
3.2. Setor Serviços	14
4. ANÁLISE DE PREÇOS	16
5. MERCADO DE TRABALHO DO DF	18
5.1. Rendimentos do Trabalhador	23

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil

- A economia brasileira continua a mostrar sinais de recuperação, com avanço de 0,3% no primeiro trimestre. A Agropecuária teve crescimento de 14,9% e puxou o desempenho brasileiro, assim como as exportações, com alta de 2,5%.
- A inflação brasileira passa por um processo de desinflação, com acumulado em 12 meses alcançando 3,00%, o limite inferior do intervalo de confiança da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.
- O resultado primário do governo consolidado, em maio, foi negativo, de 2,47% do PIB de acordo com o Banco Central do Brasil. O resultado nominal, no acumulado em 12 meses, registrou saldo R\$ 588,6 bilhões (9,22% do PIB) em maio.

Distrito Federal

- O Idecon-DF estimado aponta para reduções da ordem de 1,0% no segundo trimestre de 2017, frente ao segundo trimestre de 2016. O PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 0,3%.
- No DF, a Agropecuária mostrou crescimento de 5,5%, porém sua participação é de 0,4% no PIB da região, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral. A Indústria diminuiu 3,6% e o setor de *Serviços*, 0,8%.
- O volume de vendas do comércio varejista registrou, no segundo trimestre de 2017, queda de 4,9%. Destacam-se negativamente *Hipermercados e supermercados* (-12,7%) e o segmento de *Combustíveis* (-15,1%).
- O volume de serviços registrou queda de 14,1% no segundo trimestre quando comparado ao mesmo período de 2016. Quase todos os segmentos de serviços apresentaram retração no período, a exceção é o segmento de *Serviços de informação e comunicação*, com variação de 1,7%.
- Nos primeiros seis meses de 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 1,23%, ficando abaixo do registrado em 2016, de 2,76%. Os grupos de maior pressão de alta do IPCA em Brasília no primeiro semestre do ano foram: *Educação, Saúde e Cuidados Pessoais e Comunicação*.
- Os resultados da PED Brasília registraram diminuição da taxa de desemprego total. Em março de 2017, a taxa estava em 20,7% e, em junho, havia reduzido para 19,9%. Em junho de 2017, o total de desempregados foi estimado em 329 mil pessoas.
- Pelos resultados do CAGED, o DF acumulou um saldo negativo de -551 empregos formais no 1º semestre de 2017. Contudo, diante do cenário desenhado em 2016, com fechamento de mais de cinco mil empregos nos primeiros seis meses daquele ano, o saldo pequeno, ainda que negativo, sinaliza que a economia do DF vem reduzindo sua trajetória de retração.

1. INTRODUÇÃO

Os números da economia do Distrito Federal no segundo trimestre de 2017, assim como verificado no primeiro trimestre, continuam a mostrar sinais de uma estabilização da crise em algumas variáveis. Contudo, o cenário é ainda recessivo. O nível de atividade econômica, medida pelo IDECON-DF, mais uma vez, mostra diminuição de volume, influenciado, principalmente, pelo setor de serviços, com destaque para o comércio. Os números de pesquisas específicas também mostram o setor de serviços em plena trajetória de queda quando comparado a 2016, bem como, o comércio, ainda que alguns segmentos já apresentem reversão da trajetória em queda.

Dentre os números positivos, cita-se, novamente, o indicador de desempenho da agropecuária, que mostrou expansão de 5,5%. Além disso, destaca-se a trajetória de desinflação, medida pelo IPCA, e a criação de empregos, formais e informais, na agropecuária e em alguns segmentos da indústria, especialmente a construção civil. Nota-se que, apesar desses números sinalizarem desaceleração da queda, essas variáveis ainda não se mostram suficientes para retirar a economia do DF da crise econômica.

Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do IDECON-DF, e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a PED e a PNADCT, e do banco de dados CAGED do Ministério do Trabalho.

2. ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Nível de atividade

Os resultados apurados pelo IBGE para o segundo trimestre de 2017 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade na economia brasileira. Na comparação com o primeiro trimestre do ano, o PIB avançou 0,3%. No acumulado em quatro trimestres, o PIB recuou 1,40% em relação ao acumulado em quatro trimestres no mesmo período do ano anterior. Embora ainda em terreno negativo, o resultado representa um avanço de 0,9% sobre o primeiro trimestre, nesta base de comparação. Apostando nesta tendência, o mercado espera crescimento de 0,39% para o PIB deste ano, de acordo com a última leitura do boletim Focus do Banco Central do Brasil.

Em linha com o verificado no trimestre anterior, a *Agropecuária* continuou responsável pela melhora da economia brasileira, com crescimento trimestral de 14,9%, resultado de safras recordes. *Indústria e Serviços*, por sua vez, registraram taxas de crescimento negativas de 2,1% e 0,3% no trimestre, respectivamente. O setor de *Construção* continua exercendo forte impacto sobre os resultados da indústria, com recuo de 2,0% no trimestre e de 6,4% no acumulado em quatro trimestres. Entretanto, no acumulado em quatro trimestres, este é o quinto trimestre consecutivo de melhora da *Indústria* e o quarto do setor de *Serviços*.

Pela ótica da demanda, os destaques positivos são o investimento (formação bruta de capital fixo) e o consumo das famílias. Apesar do recuo de 0,7% em relação ao trimestre anterior, no acumulado em quatro trimestres o investimento mantém a trajetória de recuperação iniciada no segundo trimestre de 2016, com variação de -6,1% ante -6,7% no trimestre anterior. O consumo das famílias, por seu turno, registrou expansão de 1,4% sobre o trimestre imediatamente anterior. É a primeira expansão verificada desde o segundo trimestre de 2014, nesta base de comparação. No acumulado em quatro trimestres, o recuo de 1,9% é o menor desde o terceiro trimestre de 2015 e representa a quarta elevação consecutiva nesta base de comparação.

De maneira geral, os resultados positivos tanto do investimento quanto do consumo privado refletem o ambiente macroeconômico estável, com inflação baixa e taxa de juros cadente, o que proporciona maior poder de compra e melhores condições no mercado de crédito. Do lado das famílias, a liberação das contas inativas do FGTS¹ e a manutenção da queda do comprometimento da renda com o serviço de dívidas conferem impulso extra ao consumo². Por fim, indicadores de confiança empresarial e do consumidor, medidos pelo IBRE/FGV, apontam manutenção da tendência de alta iniciada no primeiro trimestre de 2017, o que reforça as perspectivas para o investimento e o consumo privado.

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram crescimento de 0,5% no segundo trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior³.

¹ A estimativa do Governo Federal é que sejam liberados cerca de R\$ 43,1 bilhões até o final de julho. De acordo com pesquisa divulgada pelo IBRE/FGV, cerca de 10% dos entrevistados pretendem destinar estes recursos para consumo, ao passo que 41,2% pretendem quitar dívidas em atraso.

Link: <http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C82C5593FD36B015B9FA09D215818>

² De acordo com dados divulgados pelo BCB, o comprometimento da renda das famílias com o serviço de dívidas exceto crédito habitacional recuou de 19,18% em março para 18,37% em junho, descontados os efeitos sazonais.

³ De acordo com dados da Funcex, o índice de quantum das exportações cresceu 4,9% em junho na comparação com março. Já o índice de preços das exportações recuou 6% neste mesmo período.

É importante destacar que as exportações registraram expansão nos dois primeiros trimestres de 2017, em contraste com o ano anterior, quando todos os trimestres apresentaram retração. Comparado ao segundo trimestre de 2016, o avanço foi de 2,5%. Ainda que o resultado do trimestre tenha sido positivo, no acumulado em quatro trimestres as exportações registram recuo de 0,7%, resultado superior ao verificado no primeiro trimestre utilizando a mesma base de comparação. As importações, por sua vez, recuaram 3,5% em relação ao primeiro trimestre e 3,3% em relação ao segundo trimestre de 2016. No acumulado em quatro trimestres, o recuo foi de 0,7%.

2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, vem apresentando comportamento estável nos últimos meses, depois de um longo processo de desinflação iniciado em setembro de 2016. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA registrou variação negativa de 0,23% em junho. A deflação, não observada desde junho de 2006, foi resultado de variação negativa em três dos nove grupos que compõem o índice – *Alimentação e bebidas* (-0,50%), *Habitação* (-0,77%) e *Transportes* (-0,52%) – e de estabilidade nos grupos *Educação* (0,08%) e *Comunicação* (0,09%). No acumulado em 12 meses, o índice geral registrou avanço de 3,00%. Este valor veio abaixo daquele verificado no mês anterior, quando avançou 3,60% na mesma base de comparação, situando o IPCA no limite inferior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. O índice de difusão do IPCA, calculado pelo BCB, foi de 47,18% em junho: 8p.p. abaixo daquele verificado no mesmo mês do ano passado, sinalizando que o processo de estabilização é pervasivo.

As expectativas de mercado, sintetizadas no Boletim Focus do Banco Central, apontam inflação ao redor de 3,46% em 2017 e 4,25% em 2018. A autoridade monetária, por seu turno, mantém postura expansionista ao reduzir a taxa Selic em 1,0 p.p, para 10,25%, em sua última reunião. De acordo com o comunicado divulgado após a reunião, o COPOM justificou a decisão com base nos indicadores de atividade e nas perspectivas sobre a evolução dos preços, no âmbito doméstico, e da recuperação das economias avançadas sem, contudo, pressionar as taxas de juros nestes países, no âmbito internacional. Como pode ser visto no Gráfico 1, a trajetória das expectativas do mercado para a taxa de juros tem sido descendente há mais de um ano, de maneira que, com base no boletim Focus, espera-se que a taxa de juros encerre 2017 em 8,50% e 2018 em 8,25%.

Gráfico 1 - Expectativas de mercado para a Taxa Selic, para os anos 2017 e 2018, de acordo com Boletim Focus do Banco Central do Brasil – julho de 2016 a junho de 2017



Fonte: Boletim Focus/BCB
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

2.3. Mercado de trabalho

O mercado de trabalho parece exibir sinais de recuperação após um longo período de deterioração. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 13% no segundo trimestre contra 13,7% no primeiro trimestre do ano. Trata-se da primeira queda no indicador nos últimos nove trimestres. Vale ressaltar que o resultado positivo ocorreu a despeito da estabilidade na taxa de atividade. Em particular, o nível de ocupação avançou 0,6% em relação ao trimestre anterior, registrando a primeira variação positiva desde o quarto trimestre de 2014⁴. Quando comparado ao segundo trimestre de 2016, o nível de ocupação registrou recuo de 0,9%. Embora em terreno negativo, o valor representa avanço de 0,8 p.p em relação ao primeiro trimestre e consiste no menor recuo desde o terceiro trimestre de 2015.

Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reforçam o cenário de melhora no mercado de trabalho. Houve ganho líquido de 9.821 postos de trabalho formais no mês de junho, ante redução de 91 mil postos no mesmo mês do ano passado. Embora este resultado reflita a geração líquida expressiva de postos na *Agricultura* (36.827) – suficiente para compensar o resultado negativo dos demais setores, exceto administração pública que se manteve estável no mês –, no acumulado em 12 meses todos os setores registraram avanço em relação aos resultados apurados em maio, na mesma base de comparação.

Quanto aos rendimentos reais do trabalho principal, dados da PNAD Contínua mostram certa estabilidade em relação à leitura realizada no mesmo trimestre do ano passado: R\$ 2.049 no segundo trimestre de 2017 contra R\$ 2.006 no segundo trimestre de 2016. O mesmo vale para a massa de rendimento, que passou de R\$ 123.9 bilhões no segundo trimestre de 2016 para R\$ 124.6 bilhões no segundo trimestre de 2017. Estes desenvolvimentos no mercado de trabalho, se confirmados nos meses subsequentes, reforçam o cenário de otimismo em relação à recuperação da atividade.

2.4. Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os últimos dados disponíveis parecem sugerir alguma deterioração depois de registrar certa estabilidade nos primeiros quatro meses do ano. Entretanto, vale ressaltar que os desenvolvimentos na área fiscal estão fortemente ligados à condução do processo político, o que gera grande incerteza acerca da sua evolução. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 30 bilhões em maio, ante superávit de R\$ 12,9 bilhões em abril. No acumulado em 12 meses, o déficit primário alcançou R\$ 157,7 bilhões (2,47% do PIB), um avanço de 0,19 p.p. do PIB em relação ao mês de abril. Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos, o crescimento das despesas com INSS continua contribuindo para a manutenção do déficit primário em patamar elevado. No acumulado em dose meses, o Governo Federal registrou ligeiro superávit de R\$ 244 milhões, ao passo que o INSS apresentou déficit de R\$ 170 bilhões.

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$ 36,2 bilhões em maio, contra R\$ 28,3 bilhões em abril. Todavia, no acumulado em 12 meses, observa-se ligeira redução no indicador: 6,75% do PIB em maio, ante 6,85% do PIB em abril. O pior desempenho na conta financeira em maio, juntamente com a forte deterioração na conta primária, provocou aumento significativo no déficit nominal, que passou

⁴ Os destaques foram os segmentos de *indústria geral* e de *transformação*, com avanço de 0,2% cada, e o segmento de *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais*, com avanço de 0,3%.

de R\$ 15,4 bilhões em abril para R\$ 66,9 bilhões em maio. Entretanto, no acumulado em 12 meses, o déficit nominal registrou avanço moderado em relação ao mês anterior: R\$ 588,6 bilhões (9,22% do PIB) em maio, ante R\$ 582,2 (9,13% do PIB) em abril.

Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo federal alcançou R\$ 4,6 trilhões em maio (72,5% do PIB), elevando-se 1,2 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3 trilhões (48,1% do PIB) em maio, incremento de 0,7 p.p. do PIB em relação ao mês de abril.

3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

Os indicadores econômicos do DF acompanharam a crise brasileira e desde 2015 têm registrado quedas consecutivas. A recessão impactou a economia do DF de maneira mais branda do que no resto do país, nos anos de 2015 e 2016. Contudo, no primeiro semestre de 2017, a economia brasiliense mostrou contração maior, comparativamente, à contração registrada no PIB brasileiro⁵, tanto nos primeiros três meses do ano como no segundo trimestre. Dessa forma, o *Idecon-DF* estimado aponta para reduções da ordem de 1,0% no segundo trimestre deste ano, frente ao segundo trimestre de 2016. O PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 0,3%.

Essa diferença é explicada, em parte, pelos segmentos de atividade econômica do PIB brasileiro, que se destacaram com forte crescimento ou recuperação, no segundo trimestre, possuírem pouca ou nenhuma relevância efetiva no DF. Destacam-se: *Agropecuária*, *Indústria extrativa mineral*, e alguns segmentos da *Indústria de transformação*. Uma vez que essas atividades são pouco representativas na economia do DF, houve diminuto impacto no desempenho do trimestre.

A despeito disso, o resultado do *Idecon-DF* se mostra melhor do que o observado no mesmo trimestre do ano passado, quando teve contração de 1,4%. Essa menor retração econômica advém do desempenho da *agropecuária* e do *setor de Serviços*, enquanto a *Indústria* brasiliense continua em queda vertiginosa.

Entre os grandes setores econômicos que compõem o *Idecon-DF*, a *Agropecuária* mostrou crescimento de 5,5%. A boa safra de grãos ocorreu em praticamente todo o país, de maneira que no DF não foi diferente, embora sua participação seja de 0,4% no PIB local⁶, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral.

Já a *Indústria* reduziu 3,6%. Novamente, o segmento de *Construção*, que é responsável por mais da metade do setor industrial, manteve sua trajetória de queda com 4,1%. No Brasil a *Construção* retraiu -7,0% no mesmo período, ficando claro que a crise nesse segmento é generalizada.

A *indústria de transformação*, que possui menor participação no DF, retraiu 2,5% no segundo trimestre de 2017. Na comparação com o Brasil, a *indústria* brasiliense mostrou maior retração, em muito devido ao perfil das atividades industriais que são realizadas na região. No Brasil, a *Indústria extrativa mineral* teve crescimento de 5,9%, devido à melhora do comércio internacional do minério de ferro, do petróleo e do gás natural. E a *Indústria de transformação* brasileira teve redução de 1,0%, porém, com elevação de alguns segmentos industriais importantes, como a produção de *Bens de capital* (máquinas e equipamentos) e *Bens de consumo duráveis* (fabricação de automóveis e de eletrodomésticos da “linha marrom”). No DF, essas atividades possuem reduzido (ou nulo) percentual de participação na economia local.

⁵ Os resultados negativos podem ser observados pela evolução dos Indicadores de Desempenho da Economia do Distrito Federal (*Idecon-DF*), que é uma estimativa de medição da atividade econômica da região, mensurada pela Codeplan e que monitora a variação do volume de atividade econômica de maneira trimestral.

⁶ A agricultura local é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do Distrito Federal.

Tabela 1 - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações trimestral dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 2º trimestre 2016 e 2017

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		Idecon - DF		Peso (%) das atividades
	2º TRIMESTRE 2016	2º TRIMESTRE 2017	2º TRIMESTRE 2016	2º TRIMESTRE 2017	
Agropecuária	-6,1	14,9	6,6	5,5	0,4
Indústria	-2,9	-2,1	-1,7	-3,6	6,6
Extrativa mineral	-5,1	5,9	-	-	-
Indústria de transformação	-4,7	-1,0	-2,5	-2,5	1,8
Construção	-3,2	-7,0	-3,0	-4,1	3,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	8,7	-0,5	-	-	-
Outros da indústria ¹	-	-	5,2	-3,9	0,9
Serviços	-2,7	-0,3	-1,4	-0,8	92,9
Comércio	-6,6	0,9	-9,0	-3,5	7,5
Serviços de informação	-3,1	-2,5	-1,5	-1,6	3,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-3,0	-2,1	-3,5	-3,2	13,4
Administração, saúde e educação públicas	0,5	-1,3	0,3	-0,5	43,1
Transporte, armazenagem e correio	-6,0	-0,5	-	-	-
Atividades imobiliárias	0,3	0,9	-	-	-
Outros serviços ²	-3,9	0,3	-1,0	0,7	25,8
Idecon-DF / PIB-Brasil	-3,6	0,3	-1,4	-1,0	100,0

Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON/NUCON

¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.² Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Finalmente, o setor de *Serviços*, com maior participação na estrutura produtiva do DF, apresentou retração de 0,8%, enquanto no país foi de 0,3%. No DF, os piores desempenhos estão no *Comércio* (-3,5%) e na *Intermediação financeira, seguros e previdência complementar* (-3,2%). No Brasil, a atividade *Comércio* variou 0,9%, resultado do aumento do consumo das famílias, advindo da estabilização do mercado de trabalho, como também das retiradas do FGTS no período. O resultado favorável adveio da categoria outros serviços, com variação de 0,7% frente ao mesmo trimestre de 2016.

3.1. Segmento de Comércio

Em relação ao comércio, de acordo com a pesquisa do IBGE⁷, alguns segmentos continuaram a registrar significativas variações negativas, como a ocorrida em *Hipermercados e supermercados* (-12,7%) e no segmento de *Combustíveis e lubrificantes* (-15,1%). Esta pesquisa é relacionada ao potencial de consumo das famílias, de maneira que resultados negativos refletem a redução da renda das famílias e do crédito, seja devido ao aumento do desemprego, seja devido à diminuição real dos rendimentos do trabalhador.

O volume de vendas do *Comércio varejista* do Distrito Federal registrou, no segundo trimestre de 2017, queda de 4,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, o volume de vendas do *Comércio varejista* já se apresenta positivo, quando comparado

⁷ Em 11 de maio de 2017, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do comércio varejista.

ao mesmo trimestre de 2016, de forma que o DF se encontra na 24ª colocação no ranking das unidades federativas. Isto é, o *Comércio varejista* do DF está entre os quatro piores resultados brasileiros verificados no 2º trimestre, ganhando apenas de Goiás (-8,0%), Sergipe (-5,9%) e Roraima (-5,1%). Entretanto, das nove atividades de comércio que compõem o índice, seis mostram sinal positivo, indicando que a melhora tem se disseminado no setor, ainda que de forma gradual.

Além disso, quando analisado o *Comércio varejista ampliado*, que inclui vendas de *Veículos, motocicletas, partes e peças* e *Material de construção*, o quadro se inverte e o DF passa a mostrar recuperação consistente, com elevação de 8,9% na variação trimestral e de 2,8% no acumulado do semestre. Esse resultado posiciona a unidade federativa em quarta colocação no ranking brasileiro, perdendo apenas para Santa Catarina (14,4%), Rio Grande do Sul (10,8%) e Amazonas (10,7%).

Tabela 2 - Índice de volume de vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal e Brasil – 2º trimestre de 2016 e de 2017

Volume de vendas comércio varejista e comércio varejista ampliado ¹				
Atividades	BRASIL		DISTRITO FEDERAL	
	2º TRI 2016	2º TRI 2017	2º TRI 2016	2º TRI 2017
Índice de volume de vendas no comércio varejista	-6,9	2,4	-12,9	-4,9
Combustíveis e lubrificantes	2,1	-4,7	-2,4	-15,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	9,2	3,0	-6,5	-8,8
<i>Hipermercados e supermercados</i>	8,9	3,8	-7,6	-12,7
Tecidos, vestuário e calçados	-3,6	8,6	-2,8	3,4
Móveis e eletrodomésticos	-6,5	6,8	-10,5	4,3
<i>Móveis</i>	-10,3	-0,1	-35,4	34,9
<i>Eletrodomésticos</i>	-4,4	8,3	2,0	-4,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,9	7,5	3,1	5,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,8	6,0	-15,3	2,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-5,8	-2,1	-9,7	3,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-3,5	7,3	-3,0	9,7
Índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado	-9,2	2,9	-15,1	8,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	-13,1	-1,0	-19,6	37,6
Material de construção	-8,5	5,4	-5,4	24,8

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS

¹ Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

Essa diferença de resultados entre o *Comércio varejista* e o *Comércio varejista ampliado* está relacionada ao desempenho positivo no acumulado do ano dos segmentos de *Comércio de veículos e motocicletas, partes e peças* (37,6%) e o *comércio de Material de construção* (24,8%). O desempenho de ambos os segmentos no Distrito Federal não refletiu a situação do resto do país, onde o comércio de *Veículos e motocicletas* diminuiu 1,0% e o segmento de *Material de construção* teve expansão de 5,4%, conforme mostra a Tabela 2. Cabe mencionar, no entanto, que parte desse resultado tem a ver mais com a recuperação do mercado do que com crescimento, uma que vez que a queda verificada nesses dois segmentos em 2016 foi bastante significativa.

Os segmentos de comércio que tiveram números negativos possuem relação direta com a renda do trabalhador, de forma que a diminuição de seu poder de compra influencia o volume de vendas. Não apenas isso, são segmentos que tiveram reduções de preços também significativas, comprovando o baixo volume de transações e sinalizando a reduzida capacidade de recompor a margem por parte das empresas.

3.2. Setor Serviços

Ademais, é possível observar na Tabela 3 a trajetória do setor de *Serviços* no DF⁸. De acordo com o IBGE, o volume de *serviços* do Distrito Federal registrou no segundo trimestre do ano, queda de 14,1% quando comparado ao mesmo período de 2016. Essa retração é muito maior do que a apresentada para o Brasil: -3,5%.

É importante destacar que esse índice de volume, estimado pelo IBGE, não incorpora dados referentes ao setor financeiro (*Intermediação financeira, seguros e previdência complementar*), que tem peso de 13,4% na economia brasiliense, do comércio, com peso de 7,5% (analisado em outra pesquisa) e, também, não avalia o desempenho da *Administração, saúde e educação públicas*, com participação de 43,1%. Ou seja, esses números mostram o desempenho de parte do setor de *serviços*, em torno de 30% da economia do Distrito Federal.

Tabela 3 - Índice de volume de serviços por segmentos de atividade econômica – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal e Brasil – 2º trimestre de 2016 e de 2017

Atividades	Volume de serviços			
	BRASIL		DISTRITO FEDERAL	
	2º TRI 2016	2º TRI 2017	2º TRI 2016	2º TRI 2017
Volume de serviços	-4,8	-3,5	-0,3	-14,1
Serviços prestados às famílias ¹	-5,9	0,7	-5,5	-17,1
Serviços de informação e comunicação	-2,4	-2,7	-0,9	1,7
Serviços profissionais, administrativos e complementares ²	-6,4	-7,8	2,1	-6,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-6,7	1,6	-6,8	-14,5
Outros serviços ³	-3,9	-10,7	13,5	-40,2

Fonte: PMS/IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS

¹ Os serviços prestados às famílias incluem alojamento e alimentação e outros serviços;

² Os serviços profissionais, administrativos e complementares incluem serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, de publicidade, e serviços de seleção de mão de obra, de agências de viagem, vigilância e segurança, entre outros;

³ Outros serviços incluem atividades como as imobiliárias, as atividades de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, atividades de apoio à agropecuária e atividades de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

É significativo o desempenho negativo do segmento *Outros serviços*, com diminuição de 40,2%. Esse segmento é composto por uma série de atividades econômicas, como as *Imobiliárias*, as de *Manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação*, etc. Dessa forma, não é possível afirmar em qual dessas atividades que houve a maior queda.

No entanto, percebe-se que parte desse resultado está relacionado à base de comparação, que é o segundo trimestre de 2016, quando *Outros serviços* tiveram variação positiva de 13,5% - que é um comportamento oposto ao do resto do país naquele período,

⁸ O IBGE divulga mensalmente os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do setor de serviços no DF.

quando o segmento já estava em retração. Nesse sentido, parte dessa variação abrupta é reflexo do comportamento anormal verificado no ano anterior. Este movimento também pode ser observado no segmento *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, com -6,8% no segundo trimestre de 2017, enquanto, em 2016, houve aumento de 2,1% (e, no Brasil, o segmento estava em queda).

Ainda assim, há contração em segmentos que são reflexo da situação econômica do DF. As atividades de *Serviços prestados às famílias* – que incluem alojamento e alimentação – mostram recuo de 17,1%, e os *transportes, serviços auxiliares de transporte e correio*, de 14,5%, no trimestre que se encerrou em junho de 2017.

Contudo, a expectativa é de recuperação gradual da economia brasileira ao longo desse ano, que já começa a mostrar alguma variação positiva nos serviços no segundo trimestre (Tabela 3). Espera-se, também, uma acomodação desses números também no Distrito Federal. Note-se que, por ser um segmento de maior peso em uma economia, os *Serviços* acabam por mostrar uma dinâmica menor frente a outros setores, isto é, tende a reagir de maneira mais lenta.

4. ANÁLISE DE PREÇOS

O índice de preços oficial para avaliar os impactos da inflação no poder de compra da população ocupada do DF é o IPCA pesquisado pelo IBGE. Até o final do segundo trimestre de 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 1,23%, ficando abaixo do registrado em 2016, de 2,76%. No Brasil o IPCA acumulado no semestre fechou em 1,18%.

Os grupos de maior pressão de alta do IPCA em Brasília nos primeiros seis meses do ano foram: *Educação*, *Saúde e cuidados pessoais* e *Comunicação*. O grupo *Educação*, com alta de 4,21%, sempre apresenta pressão de alta na primeira metade do ano, devido aos reajustes de mensalidades em cursos regulares que ocorre, em geral, no início do ano. Já o grupo de *Saúde e cuidados pessoais*, com 4,05%, pressionam pelo aumento de valores em planos de saúde que possuem reajustes de preços diferenciados por aniversários de planos, de maneira que em todos os meses este grupo tende a apresentar alguma variação positiva. Por fim, o grupo *Comunicação*, com elevação acumulada no trimestre de 3,38%, vem mostrando pressão de alta devido, principalmente, às variações nos preços dos serviços de telefonia celular, telefonia celular com internet e serviços de TV por assinatura.

De outro lado, os grupos que mostraram a maior pressão de baixa da inflação foram *Artigos de residência*, -1,6%, e *Transportes*, com -1,2%. Cabe mencionar que esse resultado para o grupo de *transportes* é registrado a despeito do aumento de tarifas do transporte urbano ocorrido em fevereiro, e advém principalmente do peso elevado que os combustíveis possuem na cesta do IPC, porém, a queda acumulada de 22,66% nas passagens aéreas e de 10,58% nas passagens de ônibus interestaduais, também auxiliaram o resultado.

Como pode ser visto na Tabela 4, o mesmo não ocorre no INPC, que possui uma cesta de consumo voltada para famílias que recebem até 5 salários mínimos, de maneira que o transporte urbano possui mais peso do que o transporte aéreo e os combustíveis. Essa afirmação é ratificada pela inflação acumulada no ano do grupo *Transportes*, que, enquanto no IPCA está com sinal de negativo, no INPC é o grupo com maior pressão de alta, acumulando 5,95%.

Dessa maneira, o INPC acumulado no primeiro trimestre registrou alta de 1,87%, com pressões positivas do grupo *Transportes*, com 5,95% (conforme já mencionado), do grupo *Saúde e cuidados pessoais*, com 3,42%, e do grupo *Educação*, com 2,77%. A pressão de baixa foi registrada no grupo de *Artigos de residência*, com -1,82%. No Brasil, o INPC acumulou alta de 1,12% no primeiro semestre de 2017. A grande diferença entre a inflação no DF e no país reside no reajuste do transporte urbano em Brasília, ocorrido em fevereiro.

Tabela 4 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - Brasília - Variação acumulada no ano e Variação acumulada em 12 meses (%) – 1º semestre de 2016 e 1º semestre de 2017

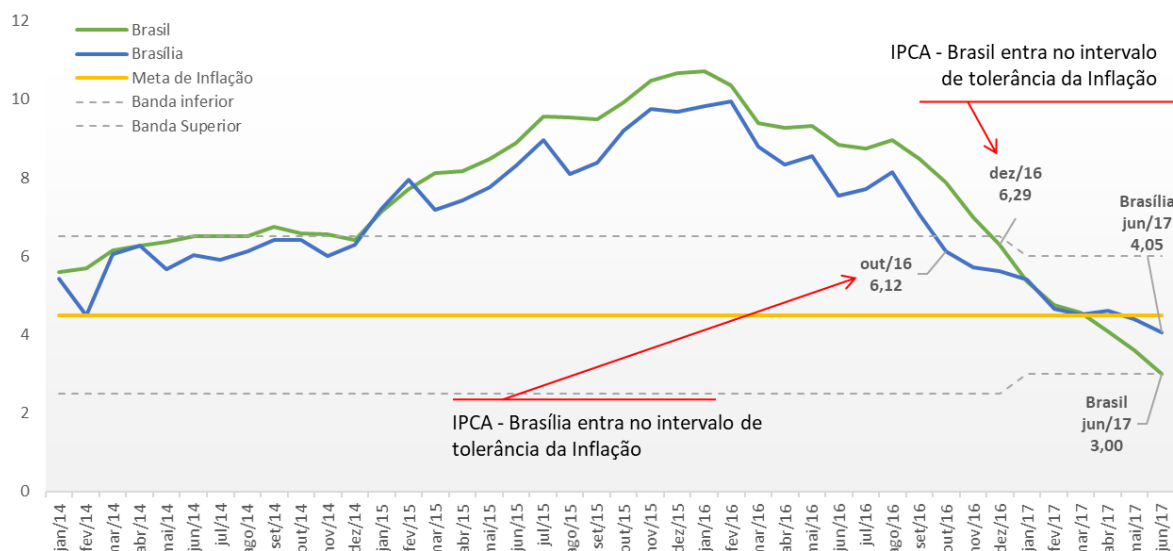
Índice geral e grupos	IPCA			INPC		
	Acumulado no ano		Acumulado em 12 meses	Acumulado no ano		Acumulado em 12 meses
	1º sem 2016	1º sem 2017	Jun/17	1º sem 2016	1º sem 2017	Jun/17
Índice geral	2,76	1,23	4,05	2,99	1,87	4,01
Alimentação e bebidas	6,81	0,49	0,93	6,63	0,01	0,9
Habituação	1,13	1,97	5,37	0,91	1,34	4,89
Artigos de residência	3,18	-1,6	-2,37	3,12	-1,82	-2,3
Vestuário	1,29	0,49	1,86	1,88	1,02	2,36
Transportes	-4,34	-1,2	5,52	-1,84	5,95	9,85
Saúde e cuidados pessoais	7,06	4,05	7,43	5,57	3,42	6,28
Despesas pessoais	4,84	2,37	6,55	6,31	1,75	3,98
Educação	7,62	4,21	5,22	6,69	2,77	3,63
Comunicação	1,39	3,38	3,32	1,37	2,45	2,17

Fonte: IBGE

Elaboração: Codeplan com dados IBGE

Já o IPCA acumulado em 12 meses registrado em junho fechou em 4,05%, bem próximo do índice brasileiro que estava em 4,01%. Esses percentuais se encontram um pouco abaixo da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil. A trajetória de queda para atingir esse nível começou em janeiro de 2016. Como mostra o Gráfico 2, a inflação de Brasília registrou variação acumulada em 12 meses dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação em outubro de 2016 e a inflação brasileira, em dezembro de 2016. Esse processo bem-sucedido de desinflação tende a auxiliar na estabilização da economia. Contudo, apesar de ter havido uma sensível redução da taxa de inflação em Brasília, alguns itens importantes de consumo ainda mostram preços em trajetória ascendente. Isso impacta o potencial de consumo do Distrito Federal.

Gráfico 2 - IPCA - Variação percentual acumulada em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2014 a junho de 2017



Fonte: IBGE

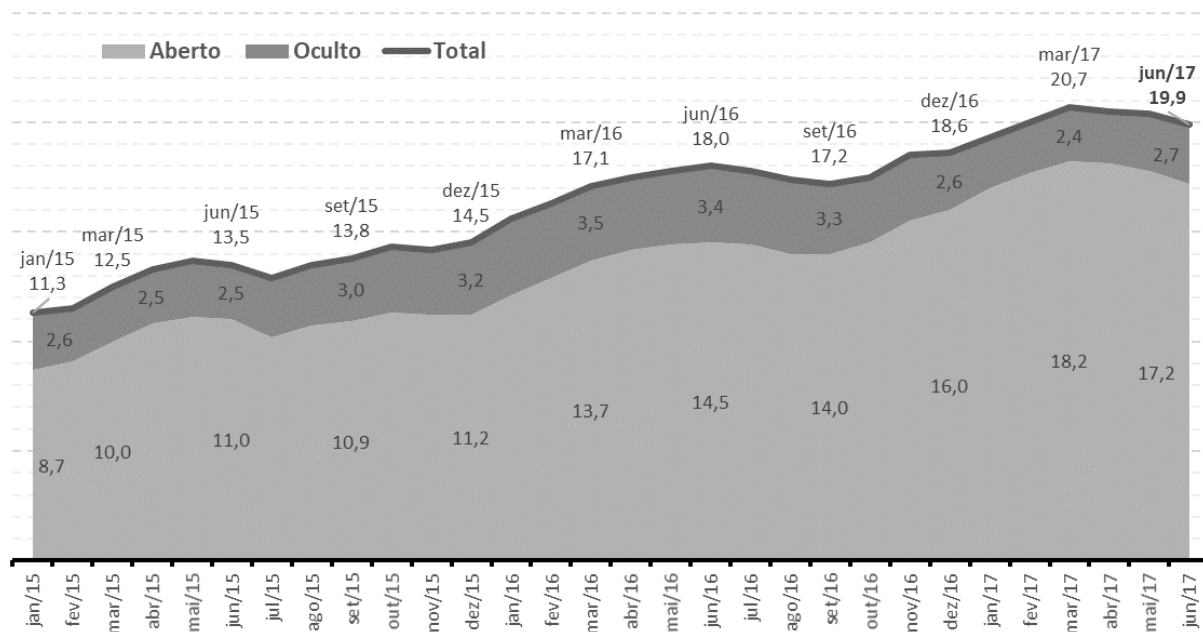
Elaboração: Codeplan/GECON/NUPRE

5. MERCADO DE TRABALHO DO DF

Os efeitos da crise econômica no mercado de trabalho e a sua gradual recuperação estão presentes em todas as pesquisas do mercado de trabalho brasileiro analisadas neste boletim: na Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/DIEESE; na PNAD Contínua Trimestral/IBGE; e nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED/Ministério do Trabalho. Os indicadores apontam para a redução do mercado de trabalho e para o aumento do desemprego até início de 2017, mas, já no segundo trimestre, percebe-se uma estabilização dos números.

Assim, enquanto no primeiro trimestre de 2017, os resultados da PED Brasília registraram taxa de desemprego total de 20,7%, no segundo trimestre, a mesma taxa estava 19,9%. Como pode ser visto no Gráfico 3, a estabilização da taxa já é um sinal positivo para o mercado. Isto porque os dados disponíveis mostram que a trajetória ascendente da taxa de desemprego vem ocorrendo pelo menos desde janeiro de 2015. Ademais, esse resultado decorreu da diminuição das taxas de desemprego aberto (18,2% para 17,2%), enquanto o desemprego oculto aumentou levemente (2,4% para 2,7%).

Gráfico 3 - Resultados mercado de trabalho – Taxa de desemprego (%) – total, aberto – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – média trimestral – janeiro de 2015 a junho de 2017



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Dessa maneira, ao final do primeiro semestre de 2017, o total de desempregados foi estimado pela PED em 329 mil pessoas. Desses, 44 mil integram a população em desemprego oculto, isto é, que está em situação de emprego precário ou que está no desalento (desistiu de procurar emprego por falta de perspectiva). Contudo, entre a população que está em desemprego aberto, houve redução de 11 mil pessoas. Grande parte da redução desse contingente se deu por causa do aumento da população ocupada (oferta de empregos), em 31 mil pessoas, resultando em 1.320 mil pessoas ocupadas.

Em termos setoriais, pode-se comparar os resultados do segundo trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016 com o objetivo de avaliar o comportamento do mercado de trabalho sem a influência da sazonalidade característica do fim e início de ano. O que se percebe é um aumento da taxa de desemprego, de 1,9 pontos percentuais, advindos, principalmente, do aumento da população economicamente ativa, que foi maior do que o aumento ocorrido na população ocupada, gerando um saldo de 50 mil desocupados.

Tabela 5 - Resultados mercado de trabalho – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – Junho de 2017

Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)							
				2º tri 2017 / 1º tri 2017	2º tri 2017 / 2º tri 2016		
	abr-mai- jun/16	Jan-fev- mar/17	Abr-mai- jun/17	Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.837	2.433	2.449	0,7	16	-13,7	-388
Economicamente ativa	1.552	1.625	1.649	1,5	24	6,3	97
Ocupados	1.274	1.289	1.320	2,4	31	3,6	46
Desocupados	279	336	329	-2,1	-7	17,9	50
Em desemprego aberto	225	296	284	-4,1	-12	26,2	59
Em desemprego oculto	53	40	44	10,0	4	-17,0	-9
Inativos com 14 anos ou mais	835	808	800	-1,0	-8	-4,2	-35
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.274	1.289	1.320	2,4	31	3,6	46
Total de assalariados	918	920	941	2,3	21	2,5	23
Setor privado	610	625	639	2,2	14	4,8	29
Com carteira assinada	515	530	540	1,9	10	4,9	25
Sem carteira assinada	95	95	99	4,2	4	4,2	4
Setor público	308	295	301	2,0	6	-2,3	-7
Autônomos	147	180	170	-5,6	-10	15,6	23
Empregados domésticos	78	86	88	2,3	2	12,8	10
Demais posições	131	103	121	17,5	18	-7,6	-10
<i>Setor da ocupação</i>							
Total de ocupados	1.274	1.289	1.320	2,4	31	3,6	46
Indústria de transformação	44	44	47	6,8	3	6,8	3
Construção	60	59	63	6,8	4	5,0	3
Comércio; reparação de veículos automóveis e motocicletas	221	227	235	3,5	8	6,3	14
Serviços	932	937	950	1,4	13	1,9	18
Administração pública, defesa e seguridade social	209	178	176	-1,1	-2	-15,8	-33
<i>Rendimento médio real (em reais) dos ocupados, assalariados</i>							
Ocupados	3.454	3.939	3.674	-6,7	-265	6,4	220
Taxas (em pontos percentuais)							
					Variação p.p.		
Taxa de desemprego total	18,0	20,7	19,9	-	-0,8	-	1,9
Taxa de desemprego aberto	14,5	18,2	17,2	-	-1,0	-	2,7
Taxa de desemprego oculto	3,4	2,5	2,7	-	0,2	-	-0,7
Nível da ocupação	44,9	53,0	53,9	-	0,9	-	9,0
Taxa de participação na força de trabalho	54,7	66,8	67,3	-	0,5	-	12,6

Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Esse quadro mostra uma situação em que a pressão é resultado do aumento da população em idade para trabalhar somado à migração da situação de inativo para ativo (e não de um mercado de trabalho que não está gerando empregos). Assim, os dados mostram

uma configuração positiva de variação estimada em 2,4% de aumento no número de ocupados. Relativamente ao segundo trimestre do ano passado, a expansão do mercado de trabalho ocorreu na *Indústria de transformação (6,8%), Construção (5,0%), Comércio (6,3%),* e *Serviços (1,9%)* – apesar de ter havido significativa diminuição de 15,8% do número de ocupados no segmento de *Administração pública, Defesa e seguridade social*. Cabe a menção de que esse resultado da administração pública ratifica, mais uma vez, a situação de crise fiscal e financeira dos governos federal e distrital.

Já os resultados da PNADCT⁹ para o DF mostram situação um pouco diferente que a da PED, devido à metodologia de cálculo diversa. Porém, a tendência de recuperação do mercado de trabalho é também registrada. Assim, a taxa de desocupação no 2º trimestre de 2017 foi estimada em 13,1% (217 mil pessoas), ficando um ponto percentual abaixo da taxa do 1º trimestre, de 14,1% (234 mil pessoas).

Tabela 6 - Resultados mercado de trabalho – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral – Distrito Federal – 2º Trimestre de 2017

Indicadores da PNAD Contínua - População de 14 anos ou mais de idade							
				2º tri 2017 / 1º tri 2017	2º tri 2017 / 2º tri 2016		
	abr-mai- jun/2016	jan-fev- mar/2017	abr-mai- jun/2017	Variação %	Diferença	Variação %	Diferença
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade para trabalhar	2.401	2.455	2.475	0,8	20	3,1	75
Na força de trabalho	1.563	1.656	1.647	-0,5	-9	5,4	85
Ocupada	1.392	1.422	1.431	0,6	8	2,8	39
Desocupada	171	234	217	-7,4	-17	26,8	46
Fora da força de trabalho	838	799	828	3,7	29	-1,2	-10
<i>Posição na ocupação</i>							
Empregado no setor privado com carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	557	550	546	-0,6	-4	-1,9	-11
Empregado no setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	89	90	103	14,4	13	16,0	14
Trabalhador doméstico	114	104	101	-3,1	-3	-11,4	-13
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	316	318	315	-0,9	-3	-0,4	-1
Empregador	62	75	74	-2,2	-2	18,9	12
Conta própria	251	274	282	2,9	8	12,4	31
Trabalhador familiar auxiliar	3	10	9	-11,2	-1	238,2	7
<i>Rendimento médio real habitual (em reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	3.841	3.667	3.726	1,6	59	-3,00	-115
<i>Massa de rendimento real habitual (em milhões de reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	5.335	5.174	5.292	2,3	117	-0,80	-43
Taxas (em pontos percentuais)							
Taxa de desocupação	10,9	14,1	13,1	-	-1,0	-	2,2
Nível da ocupação	58,0	57,9	57,8	-	-0,1	-	-0,2
Taxa de participação na força de trabalho	65,1	67,5	66,5	-	-0,9	-	1,4

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE
Elaboração: Codeplan/DIEPS

⁹ Realizada pelo IBGE, a PNADCT é uma pesquisa trimestral que produz informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios.

Além disso, a PNADCT registrou um aumento da população fora do mercado de trabalho (inativos) de 29 mil pessoas entre o 1º e o 2º trimestre. Esse resultado pode advir tanto do crescimento demográfico vegetativo, quanto do desalento (as pessoas desistem de procurar emprego) como também de fatores como migração ou aposentadoria.

Houve pequeno aumento da demanda por mão de obra, refletido na variação de 0,6% do número de pessoas ocupadas, atingindo uma taxa de ocupação de 66,5% ou 1.431 mil ocupados. Na comparação com o 1º trimestre de 2017, observa-se, na Tabela 6, que foram os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria os responsáveis pelo aumento do nível ocupacional no mês, com variação positiva, respectivamente, de 14,4% e 2,9%. O aumento do emprego informal é típico em situação econômica de crise, explicando tais resultados. E, na comparação com o mesmo período de 2016 (11,2%), o quadro foi de acréscimo de 2,2 pontos percentuais na taxa de desocupação. Mais uma vez, essa elevação da taxa de ocupação é resultante de uma combinação entre aumento da população em idade para trabalhar e a migração de parte da população que estava fora da força de trabalho para a condição de força de trabalho, integrando o contingente de pessoas que participam do mercado de trabalho.

Ainda na comparação com o segundo trimestre de 2016, a população ocupada aumentou 2,8% (39 mil pessoas). É possível observar na Tabela 6, que entre os assalariados, foram os empregados sem carteira assinada que mostraram expansão (14,0%), enquanto os empregados com carteira diminuíram 11,0%. Além desses, houve aumento no número de empregadores (18,9%) e no de trabalhadores por conta própria (12,4%). Essas são ocupações que tradicionalmente se expandem em época de elevado desemprego, uma vez que, na ausência de emprego formal, o profissional irá buscar formas alternativas de remuneração, entre elas, abertura de novas microempresas e a realização de “bicos”, etc.

Outra fonte de informações que apresenta um panorama sobre o mercado de trabalho formal advém dos registros administrativos do CAGED. Isto porque ele apresenta o registro formal de vínculos trabalhistas e é uma informação declarada por estabelecimentos comerciais. Esta é uma situação diferente da PNADCT e da própria PED, pois estas coletam a informação em domicílio, registrando informações declaradas de pessoas, que estão ou não no mercado de trabalho formal, e que, inclusive, podem possuir mais de um vínculo trabalhista. Ademais, o CAGED não registra movimentações na administração pública, defesa e seguridade social¹⁰.

Com resultado diferente das pesquisas domiciliares, estima-se que o Distrito Federal tenha acumulado um saldo negativo de 900 empregos formais no segundo trimestre de 2017¹¹ e, nos primeiros seis meses do ano, de 551 negativo. Esse resultado para o DF tem sinal contrário ao do Brasil, no primeiro semestre de 2017, já que o país criou mais de 86,5 mil postos de trabalho no período. Contudo, diante do cenário desenhado em 2016 no DF, com fechamento de mais de cinco mil empregos nos primeiros seis meses daquele ano, o saldo pequeno, ainda que negativo, sinaliza que a economia do DF vem reduzindo sua trajetória de retração.

O setor mais afetado na crise vem sendo o de *Serviços* que encerrou 1.157 vínculos no segundo trimestre, 500 no semestre e mais de 10,5 mil em 12 meses. Em 2016, o setor foi

¹⁰ No Distrito Federal esse contingente de trabalhadores é bastante representativo de (37,7% do total de vínculos em 2015), chegando a registrar quase o dobro de participação do mesmo contingente no contexto nacional (de 19,1% em 2015). Dessa maneira, é importante ter em foco que, para o Distrito Federal, quando se analisa os dados do Caged, uma parte importante do contingente de trabalhadores formais não está contemplada.

¹¹ Em relação às demais unidades federativas, o DF está entre as treze unidades que fecharam postos de trabalho no primeiro semestre 2017, sendo as outras: Acre (-17); Rondônia (-851); Maranhão (-3.156); Rio Grande do Norte (-3749); Amazonas (-5.368); Sergipe 9-5.592); Pará (-9.054); Paraíba (-10.277); Ceará (-13.961); Pernambuco (-29.696); Alagoas (-32.851); e Rio de Janeiro (-64.891).

responsável pela maioria dos vínculos, de maneira que é de se esperar uma maior queda em número de empregos diante de uma situação de crise. Ademais, enquanto alguns segmentos no setor empregam, outros demitem. Fato que pode ser visto nos resultados do primeiro semestre, em que o segmento *Outros serviços* foi responsável pela criação de 1.681 postos de trabalho e o *Comércio* pela destruição de 1.652. O saldo negativo do setor de *Serviços* foi ampliado pelo desempenho da *Administração pública*.

Ainda no semestre, vê-se o desempenho ruim da *Indústria*, com fechamento de 334 postos de trabalho, encabeçado pela *Construção civil* (-164). Entretanto, percebe-se alguma melhora a partir de abril, já que no segundo trimestre houve criação de empregos, restando um saldo positivo de 444 no período. Dessa vez a *Construção civil* é a responsável pela criação dos empregos (488), o que condiz com o volume de vendas, na região, do *comércio de Material de construção*, que mostrou variação positiva no segundo trimestre (24,8%).

A *Agropecuária* mostra comportamento sazonal, em que há algum saldo positivo nos primeiros meses do ano com a contratação temporária e, já no segundo trimestre são registradas demissões. Isso pode ser percebido pelo resultado do semestre, que é positivo, de criação de 283 novos postos, porém, somente entre abril e junho houve destruição de 187 postos. Ao se avaliar a série histórica do comportamento do setor agropecuário, percebe-se que o mesmo ocorre em todos os anos desde 2012.

Tabela 7 - Saldo de vínculos empregatícios¹ no CAGED – Brasil e Distrito Federal – junho de 2017

Setores de Atividade Econômica	BRASIL			DISTRITO FEDERAL		
	2º trimestre	1º semestre	Em 12 meses	2º trimestre	1º semestre	Em 12 meses
Total de vínculos	129.823	86.546	-727.577	-900	-551	-16.276
Agropecuária	104.583	120.310	12.745	-187	283	-20
Indústria	-5.708	-4.385	-455.099	444	-334	-5.665
<i>Extrativa mineral</i>	-370	-1.439	-8.529	2	-9	-15
<i>Indústria de transformação</i>	8.469	28.326	-156.665	13	-164	-823
<i>Construção Civil</i>	-13.695	-32.678	-282.689	488	-66	-4.353
<i>Serviços Industriais de Utilidade Pública</i>	-112	1.406	-7.216	-59	-95	-474
Serviços	30.948	-29.379	-285.223	-1.157	-500	-10.591
<i>Demais serviços</i>	31.387	72.088	-203.666	-725	1.681	-5.971
<i>Comércio</i>	-5.261	-120.301	-69.725	80	-1.652	-3.983
<i>Administração Pública</i>	4.822	18.834	-11.832	-512	-529	-637

Fonte: RAIS/CAGED – Ministério do Trabalho

Elaboração: Codeplan/DIEPS

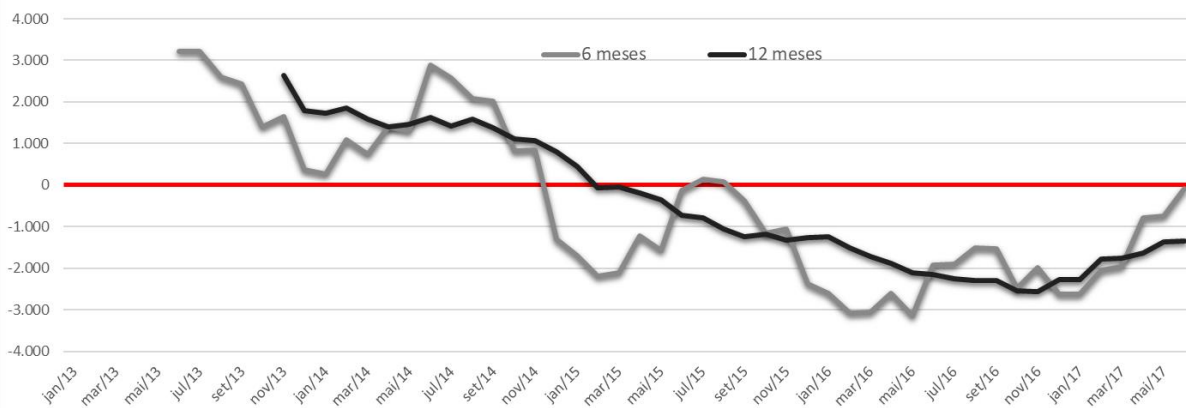
¹ O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1).

No saldo acumulado em 12 meses, é o setor de *Serviços* (maior empregador) que desponta como o que mais demitiu, com -16.276. Entretanto, nota-se que todos os setores e segmentos expostos da Tabela7 mostram resultado negativo, o que indica que a crise é generalizada no mercado de trabalho. Porém, quando se desagrega mais um nível, algumas atividades econômicas se revelam mais resilientes, apresentando melhores resultados. Dentre estas, destacam-se os serviços médicos, odontológicos e veterinários, que criaram 4.881 novas vagas de trabalho. Do lado negativo, destacam-se os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, etc., que fecharam 4.986 postos, a construção civil, com 4.986 vínculos trabalhistas a menos, e o comércio varejista, com -4.155.

Por fim, a avaliação da série histórica, apresentada no Gráfico 4, mostra uma trajetória do saldo de empregos desde janeiro de 2013. Percebe-se que, pela média móvel de seis meses, já no final de 2014 o mercado de trabalho começa a apresentar números negativos. Já na média móvel em 12 meses, que auxilia na observação de uma tendência, a contração no mercado se dá a partir de 2015 e, desde então, se mantém de retração. Note-se, no

entanto, que a partir do segundo semestre de 2016, apesar de ainda em queda, ocorre uma leve inversão da trajetória, que se concretiza em tendência de recuperação do mercado a partir de janeiro deste ano. A expectativa, portanto, é de normalização do mercado de trabalho ao longo dos próximos meses, isto é, que haja um maior equilíbrio entre as admissões e demissões.

Gráfico 4 - Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) – Vínculos trabalhistas – média móvel em três, seis e 12 meses – Distrito Federal – janeiro de 2013 a junho de 2017



Fonte: RAIS/CAGED – Ministério do Trabalho
Elaboração: Codeplan/DIEPS

5.1. Rendimentos do Trabalhador

Uma redução do tamanho do mercado de trabalho como a que ocorreu no DF, decorrente de uma crise econômica, pode gerar dois efeitos importantes no que toca à remuneração do trabalhador. O primeiro é que a remuneração média de uma mesma categoria de empregos tende a diminuir, dada a dinâmica existente entre oferta e demanda por empregos. Isto é, diante de um aumento da oferta de mão de obra (muitas pessoas procurando emprego) e, ao mesmo tempo, da redução da demanda por mão de obra (muitas empresas demitindo mais do que contratando), o salário de contratação acaba por ser reduzido. Nesse sentido, um movimento dos rendimentos é justamente o de queda.

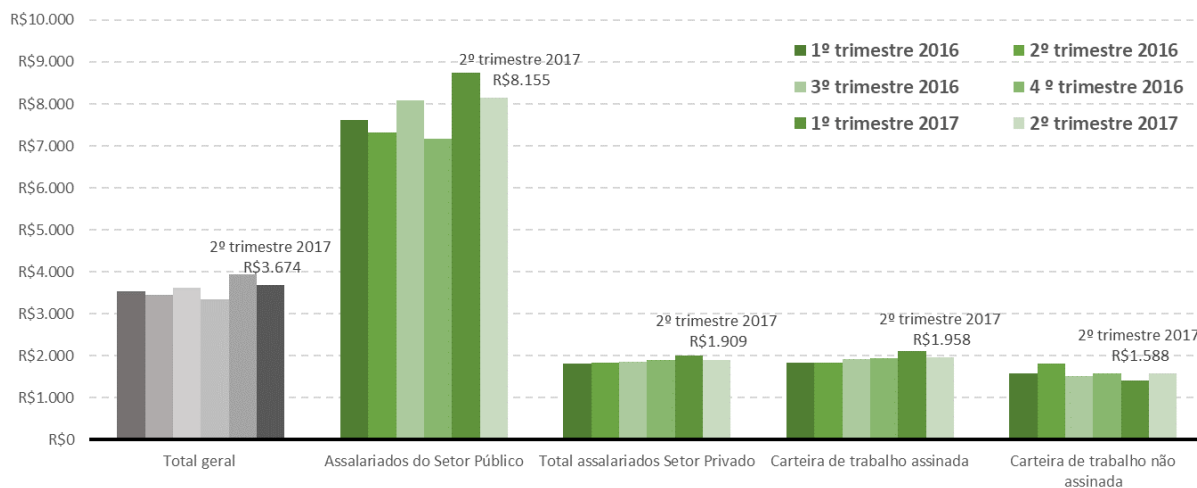
O outro efeito, que ocorre quando se avalia o mercado como um todo, é a demissão dos trabalhadores menos qualificados, que possuem menor remuneração. Como resultado, os rendimentos médios podem aumentar, não porque a remuneração de quem está empregado melhorou e sim, porque houve redução do número de trabalhadores. Da mesma forma, quando há recuperação do mercado de trabalho, com o reingresso dos trabalhadores de menor qualificação e já em situação em que houve queda do salário de contratação, os rendimentos médios do mercado tendem a diminuir.

Assim, na análise do segundo trimestre de 2017, o que se percebe é que os rendimentos médios reais diminuíram, em relação ao primeiro trimestre, quando a taxa de desemprego estava no auge. Dessa forma, umas das explicações é justamente a avaliação de que tem havido uma recuperação do mercado de trabalho no Distrito Federal, em que trabalhadores de menor qualificação e que recebem menores salários estão sendo reinseridos no mercado (reduzindo o rendimento médio).

Ademais, na comparação com o segundo trimestre de 2016, o rendimento médio trimestral (de abril, maio e junho de 2017) aumentou. Esse movimento também parece refletindo a situação em que o desemprego ocorre nas categorias de remuneração mais baixa, de maneira que a média tende a elevar, quando o denominador cai em maior proporção do

que o numerador. A diferença é que, frente ao primeiro trimestre, há uma recuperação, mas, frente ao mesmo trimestre do ano passado, houve uma contração no mercado de trabalho significativa. Outra variável que influencia é o processo de desinflação que vem ocorrendo, o qual, em última instância, resulta em aumento do poder de compra da população.

Gráfico 5 - Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação Distrito Federal – junho de 2017 (em reais de junho de 2017)

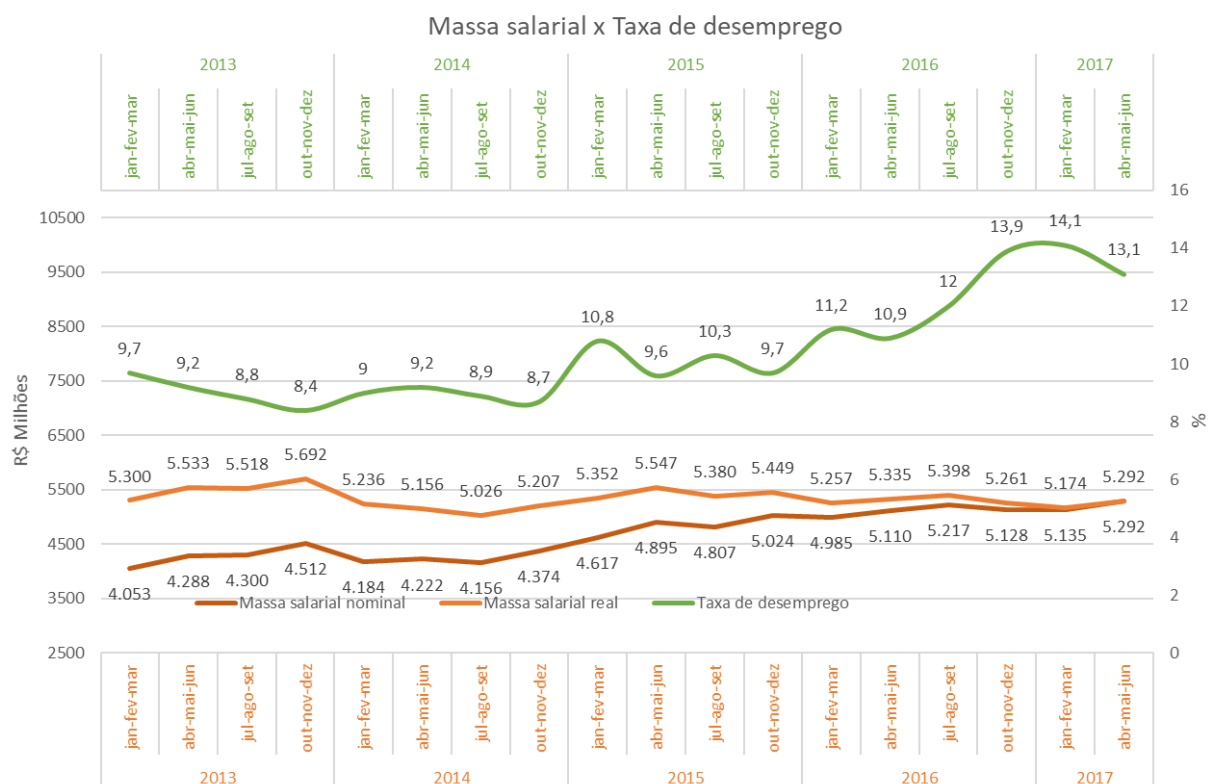


Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese. ¹Inflator utilizado: INPC-DF - IBGE

Nota-se, no Gráfico 5, que apesar da remuneração real média estar mais elevada nos primeiros seis meses de 2017, ao se analisar por categoria de emprego, percebe-se que os trabalhadores assalariados sem carteira assinada vêm apresentando queda da remuneração. Esse comportamento é normal diante de uma situação de crise econômica, em que o trabalhador que não consegue se reposicionar no mercado formal de trabalho, acaba por ingressar no mercado informal, que, diante da maior oferta de mão de obra, acaba por remunerar menos. E, como o trabalhador que tende a ficar desempregado é o de menor qualificação, isso também faz com que a remuneração no mercado informal seja menor. Além disso, devido à informalidade, a possibilidade de modificar a remuneração é maior, dado que há uma maior flexibilidade para se reduzir valores, já que os trabalhadores não estão protegidos pela legislação.

Por fim, destaque-se a remuneração daqueles que trabalham para o setor público, de R\$ 8,155. Esses trabalhadores possuem rendimentos elevados e são responsáveis por parte significativa da massa salarial do DF. Houve aumento real na remuneração média nos primeiros seis meses de 2017, porém, esse dado pode estar refletindo justamente a diminuição do número de empregados com menores salários, como é o caso de cargos comissionados e terceirizados. Assim, não se pode afirmar que esse aumento implica em maior poder de compra desses trabalhadores. Apesar de ter havido algum reajuste salarial, em geral, o funcionalismo público tem vivenciado estagnação dos seus rendimentos dada a crise fiscal instalada tanto no governo federal como no estadual.

Já de acordo com os dados da PNAD Contínua trimestral, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos (R\$ 3.726) ficou estatisticamente estável frente ao primeiro trimestre de 2017 (R\$ 3.667) e também em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 3.841). O mesmo ocorrendo com a massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos (R\$ 5,292 bilhões) ficou estável em relação ao quarto trimestre (R\$ 5,221 bilhões) e frente ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 5.217 bilhões).

Gráfico 6 - Massa de rendimentos nominal e real¹ dos ocupados, e taxa de desocupação (%)² – Distrito Federal – 1º trimestre 2013 a 2º trimestre de 2017

Fonte: IBGE/PnadCT

Elaboração: Codeplan/DIEPS

¹ Valores reais a preços de março de 2017² É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana pesquisada.

Cabe a menção de que ao longo de toda a crise a estabilização e, por vezes, pequena redução da massa salarial verificada foi bem menor do que o aumento da taxa de desemprego. Quando a estabilização dos rendimentos daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho ocorre em um momento de aumento de desemprego, isto implica, em geral, em uma situação de aumento de desigualdade de renda, uma vez que, aqueles que estão incluídos, recebem mais e, aqueles que estão excluídos, nada recebem e ainda por cima, aumentam em números. Nesse sentido, com o fim do ciclo recessivo, a situação daqueles que estão fora do mercado de trabalho tende a estar pior do que antes da crise e, também, mais distante dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, especialmente o formal. Portanto, a expectativa é de que os números revelem um aumento da desigualdade de renda no DF durante e logo após esse ciclo recessivo verificado na região e no país.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br